

PRECARIZAÇÃO E DEGRADAÇÃO DOS DIREITOS TRABALHISTAS: UMA ANÁLISE DO SERVIÇO DE MOTO-TÁXI EM CAMPINA GRANDE

Sousa, J.K.C, Ramalho, M^a.E. N, Leandro, D.P, Luna, J.P¹

¹Universidade Estadual da Paraíba/Departamento de Serviço Social/ Rua Antônio Guedes de Andrade nº.114. Catolé, Campina Grande – Pb. www.uepb.edu.br.

Resumo- A propagação de um discurso ideológico de trabalho autônomo e independente vem fazendo com que milhares de pessoas vejam no trabalho informal a saída para o desemprego e a possibilidade de conseguir seu sustento e de sua família. Essa ideologia suscita no trabalhador a idéia que este é capaz de gerenciar seu próprio negócio, e para isto, existem as diversas possibilidades e alternativas apresentadas pela era moderna. No entanto, a atual fase do processo de modernização das forças produtivas, ao configurar-se como mecanismo determinante da precarização das relações trabalhistas, imprime aos que necessitam vender sua força de trabalho a submissão às mais variadas formas de precarização. Este contexto motivou a realização deste estudo cuja temática esta voltada para análise do serviço de moto-táxi, em Campina Grande na Paraíba, já que esta atividade vem se constituindo como refúgio de muitos campinenses excluídos do mercado formal de trabalho e a mercê de formas de ocupações precárias e desprotegidas.

Palavras-chave: forças produtivas; precarização; moto-táxi.

Área do Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Introdução

A atual fase do processo de modernização das forças produtivas imprime aos que necessitam vender sua força de trabalho a submissão às mais diversas formas de precarização das relações trabalhistas, postas pelas novas e atrativas formas de ocupações. Ao mesmo tempo, que suscita no trabalhador a idéia de que este é capaz de gerenciar seu próprio negócio.

Entretanto, a realidade vem se encarregando de provar o contrario, pois o atual estágio das forças produtivas vem contribuindo de forma devastadora para o aumento da exploração da força de trabalho, agora camuflada sob novas e modernas estratégias de desregulamentação e flexibilização das relações trabalhista reduzindo cada vez mais o patrimônio jurídico do trabalhador ao que está disposto na Constituição Federal.

Este contexto motivou a realização deste estudo cuja temática esta voltada para análise do serviço de moto-táxi, em Campina Grande na Paraíba, e as implicações deste sobre aqueles trabalhadores que se encontram excluídos do mercado formal de trabalho e viram no serviço de moto-táxi uma forma de ocupação e uma alternativa de garantir o seu sustento e de sua família.

Desse modo, a expansão do serviço de moto-táxi e as condições de trabalho dos que passam a oferecer o serviço, chamam a atenção, já que esta atividade vem se constituindo como refúgio de muitos campinenses excluídos do mercado formal de trabalho.

Metodologia

No que tange ao procedimento metodológico adotamos uma tipologia de estudo em que classificamos os mototaxistas em três segmentos: os mototaxistas cadastrados na Superintendência de Trânsito e Transportes Públicos (STTP) e filiados ao sindicato (SINDIMOTOS), os filiados a CG motos, empresa privada que oferece o serviço de moto-táxi, mesmo antes da sua regularização na Cidade de Campina Grande e por último os mototaxistas clandestinos, aqueles que não estão vinculados a nenhum dos dois segmentos e oferecem o serviço sob as mais diversas formas de precariedade.

A pesquisa foi pautada na análise de documentos: Projeto de Lei nº150/99, Decreto nº. 2.827/200, Lei 3.768/99, Mandado de Segurança, pesquisa bibliográfica e aplicação de um questionário, contemplando uma amostra de 10% para cada segmento totalizando aproximadamente 190 questionários aplicados.

Fizemos uso, também, da entrevista semi-estruturada aos representantes legais dos dois segmentos: permissionários e CG motos, a qual foi pautada na origem e evolução do serviço de moto-táxi em Campina Grande e por esta permitir ao pesquisador a compreensão de informações, dados e opiniões. Trata-se de um estudo de caso com uma abordagem qualitativa da realidade explorada, subsidiada pela contribuição quantitativa.

Resultados

As políticas públicas voltadas para o setor de serviço em Campina Grande, no contexto histórico analisado, foram insuficientes para amenizar o progressivo aumento da precarização das relações trabalho nesta localidade.

Neste sentido, a regularização do serviço de moto-táxi, a um determinado segmento, se por um lado permitiu que estes fossem reconhecidos pela justiça e pelo poder público, a partir da Lei nº. 3.768/99, por outro, vem contribuindo na expansão desordenada desta atividade, tendo em vista que este serviço vem se tornando uma forma de ocupação de muitos Campinenses.

Os trabalhadores que prestam o serviço de moto-táxi nesta localidade sejam estes permissionário, CG motos ou clandestino, estão inseridos em uma mesma realidade de degradação dos direitos e precariedades de trabalho. Porém, esse serviço vem tornando-se uma forma de ocupação de muitos campinenses que se encontram excluídos do mercado formal de trabalho.

O que exige do poder público uma maior atenção na melhoria desse serviço, não se limitando apenas à fiscalização e multas para aqueles que não estão em dia com o Órgão Público responsável, já que as precariedades de trabalho se assemelham aos três segmentos sejam estes reconhecidos ou não pela justiça.

Discussão

O serviço de moto-táxi em Campina Grande, mesmo antes de sua regularização, já se constituía em uma alternativa de trabalho e sobrevivência para aqueles que se encontravam fora do mercado formal de trabalho.

A regulamentação formal e material desse serviço nesta localidade, consistiu em uma proposta do Legislativo, de autoria do Poder Executivo (Comissão de Justiça e Redação), já que o serviço se constitui uma realidade inegável na cidade. Teve-se em vista, também, que a cidade não disponibilizava de empregos para absorver a quantidade de desempregados existentes.

Pesquisa recente realizada no curso de Mestrado em Engenharia Urbana da UFPB sobre o impacto da regularização do serviço de moto-táxi em Campina Grande – PB aponta que o reflexo da expansão dos mototaxistas intensificou o número de acidentes no trânsito. Esta pesquisa mostra que as conseqüências geradas com o aumento desordenado desse serviço se traduzem no aumento da frota de motos clandestinas, bem como no crescimento expressivo de acidentes envolvendo este veículo, além da proliferação do

número de motoqueiros sem habilitação e documentação regularizada.

A pesquisa constatou, também, as péssimas condições de trabalho destes trabalhadores que chegam a trabalhar até 11 horas por dia, submetendo-se as mais diversas precariedades.

Desse modo, esta pesquisa tende a reforçar e incrementar o que constatamos, a partir dos documentos analisados - Projeto de Lei Municipal (Lei nº 150/99), Lei nº. 3768/99, que instituiu a disciplina e sistema de transporte individual, Decreto nº 2.827 que dispõe sobre o regulamento do sistema de transporte individual remunerado e o Mandado de Segurança, expedido pelo Tribunal de Justiça da Paraíba que garante à empresa CG motos a prestação do serviço de moto-táxi na cidade - os trabalhadores que prestam este serviço trabalham mais de 11 horas diárias, estão desprovidos de seus direitos trabalhistas garantidos, como aposentadoria por tempo de serviço, férias, décimo terceiro, dentre outros, assim como previstos pelo decreto nº 5.452 de 01 de Maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Além de estarem imbuídos por um discurso de trabalhador autônomo e independente que tende a reforçar ainda mais a alienação deste trabalhador, que inserido neste cenário de degradação dos direitos trabalhistas e ausências de políticas públicas, se vêem obrigados a disponibilizar sua força de trabalho a esse serviço, inserindo-se no contexto da nova informalidade que figura-se dentro das novas estratégias modernizadora de exploração capitalista.

Este discurso torna-se ainda mais forte quando é reproduzida para o trabalhador a idéia de trabalhadores por conta própria, não estando submetidos a patrões. Ideologia esta que obscurece as precárias e degradantes formas de trabalho seja no serviço de moto-táxi, aqui em estudo ou em outra atividade sob condições precárias.

Conclusão

Desta feita, ao analisarmos as respostas coletadas a partir dos instrumentos de pesquisa utilizados constou-se que o discurso de trabalhadores autônomos e independentes é evidenciado pela maioria desses trabalhadores, resultante do discurso ideologizante, realçado nas suas mais variadas possibilidades de independência e liberdade, conduzindo o trabalhador a acreditar que seja possível desenvolver uma atividade sem que esta esteja imune aos determinismos do mercado.

Neste sentido, constatou-se que as políticas públicas voltadas para o setor de serviço em Campina Grande, no contexto histórico analisado, foram insuficientes para amenizar o progressivo aumento da precarização das relações de trabalho nesta localidade.

Desse modo, se por um lado, a regularização do serviço de moto-táxi a um determinado segmento permitiu que estes fossem reconhecidos pela justiça e pelo poder público, a partir da Lei nº. 3768/99, por outro, esta regularização vem contribuindo na expansão deste serviço nesta localidade, tendo em vista, que o serviço de moto-táxi vem se tornando uma forma de ocupação para muitos que possuem como única saída o refúgio a esta atividade.

Desse modo, esse serviço vem tornando-se uma forma de ocupação de muitos campinenses que se encontram excluídos do mercado formal de trabalho, muito embora, reconheçam a precariedade e os desafios postos pelo serviço.

Contudo, os trabalhadores do serviço de moto-táxi, sejam permissionários, CG motos ou

clandestinos, estão inseridos em uma mesma realidade de degradação dos direitos trabalhistas e expostos às mais diversas formas de precarização das relações de trabalho.

Neste sentido, faz-se necessário uma reelaboração das políticas públicas, uma vez que estas estão limitadas apenas aos aparatos judiciais, desconsiderando todas as implicações e precariedades sofridas por este trabalhador no seu dia-a-dia, sendo este um dos grandes desafios a ser superado pelas lideranças locais, como estratégia de amenizar a precarização das relações de trabalho nesta localidade.

Assim, não temos a pretensão de encerrar o debate em torno da precarização do trabalho nesta localidade. Nosso objetivo foi levantar alguns dados que indicassem a intensificação dessas precariedades nas relações de trabalho, tomando como objeto de estudo o moto-táxi em Campina grande, no tocante às condições de trabalho destes segmentos: permissionários, CG motos e clandestinos.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**. 5 ed. São Paulo: Boitempo, 2002. p. 29-166

_____. Fordismo, Toyotismo e Acumulação Flexível. In: **Adeus ao Trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 5 ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade de Estadual de Campinas, 1998. p. 13-36.

DUARTE, Janaina Lopes do Nascimento. **ONG's e políticas Sociais Públicas**: um espaço em discussão a partir da reforma do estado no Brasil na década de 90. Recife, Departamento de Serviço Social/UFPE, 2002.

ESTADO DA PARAIBA. Câmara Municipal de Campina Grande. Projeto de Lei nº150 de 25 de nov. de 1999. **Institui e disciplina o sistema de transporte individual de passageiros por motocicletas, moto-táxi, no âmbito do município de Campina Grande e dá outras providências**. Campina Grande: 1999.

_____. Câmara Municipal de Campina Grande. Lei nº 3.768 de 07 de dez. de 1999. **Institui e disciplina o sistema de transporte individual de passageiros por motocicletas, moto-táxi, no âmbito do município de Campina Grande**. Campina Grande: 1999.

_____. Secretaria de governo e coordenação política. Decreto nº 2.827 de 25 de abril de 2000. **Dispõe sobre o regulamento do sistema de transporte individual remunerado de passageiros, moto-táxi, do município de Campina grande-PB**. Campina Grande 2000.

FONTES, Virginia. Sobre a Exclusão Social: alguns desafios contemporâneos. In: **Caderno do CRH**. Salvador, n. 23. Pág. 98-109, jul./dez. 1995.

IANNI, Octávio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1991.

_____. O Mundo do trabalho. In: **Revista São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 8, n. 1, jan./mar. 1994. p. 2-12.

IBGE, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo 2000.

LESBAUPIN, Ivo. O crescimento da desigualdade social no Brasil. In: **Poder local x exclusão social**: a experiência das prefeituras democráticas no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 9-38.

MALAGUTI, Manoel Luiz. A informalidade redentora. In: **Crítica à razão informal**: a materialidade do salariado. São Paulo: Boitempo; Vitória: EDUFES, 2001. p. 62-82.

